



Demonstrações Financeiras

“Carve-out”

Estrada de Ferro Carajás

31 de dezembro de 2017



Estrada de Ferro Carajás
Índice das Demonstrações Financeiras “Carve-out”
Em 31 de dezembro de 2017

	Página
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras “Carve-out”	3
Balanço Patrimonial	6
Demonstração do Resultado do Exercício	7
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras “Carve-out”	8



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras "Carve-out"

Aos Administradores e Acionistas da
Vale S.A

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras "carve-out" da Estrada de Ferro Carajás ("Ferrovia") da Vale S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e a respectiva demonstração do resultado, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras "carve-out" acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Estrada de Ferro Carajás em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as bases de elaboração descritas na Nota Explicativa nº 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras "carve-out". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações financeiras “carve-out” que descreve os critérios utilizados para rateio e alocação das receitas, despesas, ativos e passivos. Esta também destaca que as demonstrações financeiras “carve-out” foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir com os requisitos descritos no parágrafo “Restrição sobre uso e distribuição”. Consequentemente, essas demonstrações financeiras “carve-out” podem não ser necessariamente um indicativo da performance financeira e dos resultados das operações que seriam obtidos caso fossem consideradas todas as operações da Ferrovia como uma entidade jurídica. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto

Outros assuntos - Restrição sobre uso e distribuição

Estas demonstrações financeiras “carve-out” foram preparadas com o propósito de auxiliar a Companhia com o cumprimento dos requisitos do “Termo de Compromisso” e seu respectivo termo aditivo firmado entre a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Companhia. Consequentemente, elas podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação dos administradores da Vale S.A. e da ANTT e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não a Vale S.A. e a ANTT.

Responsabilidades da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as bases de elaboração descritas na Nota Explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras “carve-out” livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras “carve-out”, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Ferrovia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Ferrovia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nosso objetivo são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras “carve-out”, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras “carve-out”.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras "carve-out", independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Ferrovia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Ferrovia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Ferrovia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras "carve out", inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Bernardo Moreira Peixoto Neto
Contador CRC RJ-064887/O-8

Estrada de Ferro Carajás
Balanço Patrimonial
Em milhares de reais

	Notas	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Ativo			
Circulante			
Partes relacionadas	14	21.432	31.777
Almoxarifado	2(d)	149.183	13.317
Outros		7.562	12.761
		178.177	57.855
Não circulante			
Depósitos judiciais	7	143.426	129.155
Tributos a Recuperar	6	81.767	6.427
		225.193	135.582
Intangível	4	10.165.256	7.759.154
Imobilizado	5	13.807.596	12.891.634
		23.972.852	20.650.788
Total do ativo		24.376.222	20.844.225
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e empreiteiros	2 (h)	874.236	1.028.639
Obrigações sociais e tributárias	6	1.526.698	804.824
Partes Relacionadas	14	4.533	5.130
Dividendos a pagar		293.949	203.632
Outros		256.681	172.699
		2.956.097	2.214.924
Não circulante			
Partes relacionadas	14	15.622.894	13.767.711
Provisões para processos judiciais	7	91.781	99.869
		15.714.675	13.867.580
Total do passivo		18.670.772	16.082.504
Patrimônio líquido			
Contribuição de capital	9	3.597.790	3.597.790
Resultados acumulados		2.107.660	1.163.931
Total do patrimônio líquido		5.705.450	4.761.721
Total do passivo e patrimônio líquido		24.376.222	20.844.225

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras “carve-out”.

Estrada de Ferro Carajás
Demonstração do Resultado do exercício findo em
Em milhares de reais

	Notas	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Receita de serviços, líquida	10	6.020.537	5.353.573
Custos dos serviços prestados	11 (a)	(2.919.059)	(2.479.447)
Lucro bruto		3.101.478	2.874.126
Despesas operacionais			
Com vendas e administrativas	11 (b)	(23.024)	(18.727)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	11 (c)	25.714	(44.277)
		2.690	(63.004)
Lucro operacional		3.104.168	2.811.122
Resultado financeiro	12	(1.228.898)	(1.512.037)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		1.875.270	1.299.085
Tributos sobre o lucro	8		
Imposto de renda		(468.817)	(324.772)
Contribuição social		(168.775)	(116.918)
		(637.592)	(441.690)
Lucro do período		1.237.678	857.395

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras “carve-out”.

Estrada de Ferro Carajás

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras “Carve-out”

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

1. Contexto operacional

A Estrada de Ferro Carajás (a "Ferrovia" ou "EFC") compreende uma ferrovia de 972 quilômetros, que interliga a Serra dos Carajás, no Estado do Pará, ao porto de Ponta Madeira em São Luís - Maranhão, onde se localiza o seu controle operacional. A Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale S.A. ("Vale" ou a "Companhia"), por meio de centros de lucros e de custos.

A Ferrovia é substancialmente utilizada para o escoamento dos minérios extraídos e beneficiados pela Vale provenientes das suas próprias minas. A Ferrovia também efetua transportes de minério de ferro, pelotas e outras cargas para terceiros (tais como ferro-gusa, grãos, veículos e combustíveis), além do transporte de passageiros.

De 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017, a Ferrovia transportou 173.344 mil TU toneladas de produtos (153.079 mil TU em 2016) e 271 mil passageiros (293 mil em 2016).

2. Sumário das principais práticas contábeis

a) Base de apresentação e preparação

Estas demonstrações financeiras “carve-out” representam as operações ferroviárias da Vale para a Ferrovia Carajás e foram preparadas com base nos registros contábeis da Ferrovia, os quais são controlados e operados por meio de centros de lucros e de custos pela controladora da Vale.

Esses registros contábeis foram preparados considerando o custo histórico como base de valor e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e combinados com critérios estabelecidos no Termo de Compromisso celebrado em 13 de novembro de 2006 e respectivo termo aditivo datado de 10 de junho de 2008 com a União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Companhia; adequando-se a Resolução nº 1.771, publicada em 26 de dezembro de 2006, que instituiu o manual de contabilidade do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros e suas revisões conforme Resoluções nº 2.507, publicada em 21 de dezembro de 2007 e nº3847, publicada em 26 de junho de 2013.

Estas demonstrações financeiras “carve-out” contemplam somente balanço patrimonial e demonstração do resultado conforme requerido pelo Termo de Compromisso mencionado acima.

As principais práticas contábeis e critérios utilizados na preparação destas demonstrações financeiras “carve-out” são como segue:

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras “carve-out” da Ferrovia são mensuradas e apresentadas em Real (“R\$”), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Ferrovia atua. As operações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, como despesa ou receita financeira.

c) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

A Ferrovia classifica seus ativos e passivos como circulantes quando espera realizar os ativos e liquidar os passivos em até doze meses após a data do relatório. Outros ativos e passivos são classificados como não circulantes.

d) Almoxarifado

O almoxarifado é composto de materiais de consumo e são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e, quando aplicável, uma estimativa de perdas com materiais obsoletos ou de baixa movimentação é reconhecida. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não há provisões para ajuste a valor de realização.

e) Intangível

Os ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia possui concessão para explorar bens de ferrovias por um período de tempo determinado. Os bens reversíveis ao poder concedente ao final da concessão são classificados como ativos intangíveis e amortizados pelas vidas úteis dos bens, definida na Resolução nº 4.540 de 19 de dezembro de 2014 emitida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, conforme a seguir:

Ativo Intangível	Vida útil
Imóveis	25 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	5 anos a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Equipamentos ferroviários	10 anos
Outros	10 anos a 20 anos

f) Imobilizado

Os bens não reversíveis ao poder concedente ao final da concessão são classificados como ativos imobilizados e reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos imobilizados são depreciados com base nas vidas úteis dos bens definidas na Resolução nº 4.540 de 19 de dezembro de 2014 emitida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, conforme a seguir:

Ativo Imobilizado	Vida útil
Imóveis	25 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	5 anos a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Locomotivas	12 anos a 25 anos
Vagões	33 anos
Equipamentos ferroviários	10 anos
Outros	10 anos a 20 anos

Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes, incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados seguindo o mesmo critério acima.

g) Redução do valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A Ferrovia avalia, a cada divulgação, se existem evidências objetivas de que o valor contábil de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os ativos não financeiros de longa duração, devem ser reduzidos ao valor recuperável.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é efetuada uma análise comparativa entre o valor contábil e os fluxos de caixa esperados para o ativo, e quando há algum indicador de que o valor não seja recuperável, é efetuado o ajuste de *impairment*.

Para os ativos não financeiros de longa duração (como, intangíveis ou imobilizados), quando há indicação de redução ao valor recuperável, diretamente atribuída a um ativo, é identificado o menor grupo de ativos para os quais existam fluxos de caixa separadamente identificável (“unidade geradora de caixa” ou “UGC”) e é realizado o teste de *impairment* para identificar o valor recuperável desses ativos agrupados. Se identificada à necessidade de ajuste, o mesmo é apropriado de forma sistemática a cada ativo da unidade geradora de caixa. O valor recuperável é maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para venda.

A Ferrovia determina seus fluxos de caixas com base nos orçamentos aprovados considerando: custos e investimentos baseados na melhor estimativa e em desempenhos passados e preços de venda consistentes com as projeções utilizadas nos relatórios publicados pela indústria, considerando a cotação de mercado quando disponível e apropriado. Os fluxos de caixa utilizados são projetados com base na vida útil de cada unidade e considerando taxas de desconto que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em cada unidade geradora de caixa, dependendo de sua composição e localização.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não há registro de *impairment* de ativos nas demonstrações financeiras “carve-out” da Ferrovia.

h) Fornecedores e empreiteiros

As contas a pagar a fornecedores e empreiteiros são obrigações a pagar por bens que foram adquiridas no curso normal dos negócios. Estas são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa efetiva de juros. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo em aberto com fornecedores e empreiteiros era de R\$ 874.236 (R\$1.028.639 em 31 de dezembro de 2016).

i) Obrigações sociais e tributárias

Os pagamentos de benefícios tais como salário, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência. As obrigações tributárias representam o recolhimento de Impostos sobre a circulação de mercadoria e serviços - ICMS, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS proveniente das receitas da companhia, bem como o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.

j) Provisão para processos judiciais

A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pela Ferrovia. A provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

k) Classificação dos instrumentos financeiros

A Ferrovia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

Empréstimos e recebíveis – são instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou definidos e que não são cotados em um mercado ativo, são mensurados inicialmente a valor justo, e subsequentemente pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Mensurados ao valor justo por meio do resultado – são registrados nesta categoria os instrumentos financeiros adquiridos mantidos para negociação, com o propósito de venda no curto prazo. Estes instrumentos são mensurados ao valor justo.

Mantido até o vencimento – são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Ferrovia tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. São mensurados inicialmente a valor justo, e subsequentemente pelo valor de custo amortizado.

Disponíveis para vendas – são ativos não derivativos não classificados nas demais categorias. Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria são mensurados ao valor justo, sendo as variações do valor justo até o momento da realização registrado contabilmente na Demonstração de Resultado Abrangente. Na realização dos ativos financeiros, o valor justo é reclassificado para a Demonstração do Resultado.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não havia instrumentos financeiros classificados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “Mantido até o vencimento” e “Disponíveis para venda”.

l) Receita de serviços

A receita de carga geral e de passageiros é reconhecida quando a Ferrovia transfere para seus clientes todos os riscos e benefícios significativos referentes aos serviços prestados. A receita está apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda e é reconhecida pelo valor justo, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Ferrovia e as receitas e os custos puderem ser medidos de forma confiável.

Para a receita de transporte próprio, a Vale apropriou à Ferrovia uma receita com base em preço de transferência para o minério próprio transportado, conforme critérios estabelecidos no "Termo de Compromisso" e no aditivo datado de 10 de junho de 2008.

m) Impostos incidentes sobre receita de transporte próprio

A partir de 1º de janeiro de 2008, PIS, COFINS e ICMS passaram a ser reconhecidos sobre a receita de transporte próprio, conforme cláusula terceira, letra "f", do primeiro termo aditivo ao "Termo de Compromisso" datado de 10 de junho de 2008.

n) Despesas administrativas do centro corporativo

Os lançamentos das despesas administrativas foram alocados com base na prestação de serviços compartilhados entre áreas e no consumo de materiais, calculados por transação e pelo regime de competência.

A despesa administrativa remanescente e comum a Ferrovia e a Vale que não permite identificação do direcionador de custo na forma do parágrafo acima poderá a juízo da Companhia, ser lançada pelo regime de competência e por critério de rateio em contas correlatas de despesas administrativas da Ferrovia, tendo como base o número de empregados da Ferrovia em relação ao número total de empregados da Vale.

Tais lançamentos são correspondentes ao percentual de 2,5% das despesas administrativas da Companhia.

o) Outras despesas e receitas operacionais

Conforme determinado no "Termo de Compromisso e respectivo termo aditivo", o saldo de outras despesas/receitas operacionais quando identificadas serão alocados diretamente à Ferrovia.

p) Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado de cada exercício. Para fins de demonstrações financeiras "Carve-out", a provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base na alíquota nominal de 34% sobre o lucro.

q) Eventos subsequentes

A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT publicou a 3ª Edição do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiros, contendo o Plano de Contas Padronizado, Relatórios Auxiliares e informações complementares. A aplicação do referido Manual se dará compulsoriamente a partir de 1º de janeiro de 2018.

r) Partes relacionadas

No curso normal das operações a Ferrovia contrai direitos e obrigações com partes relacionadas, decorrentes de operações de compra e venda de serviços (Nota Explicativa nº2(l)) de transporte ferroviário.

Adicionalmente a Ferrovia dispõe de recursos financeiros (disponibilidades) junto a Vale, os quais são utilizados para financiar suas operações e realizar os investimentos necessários. Conforme determinado no "Termo de Compromisso" e respectivo termo aditivo, o saldo da "nova" conta de "disponibilidades", denominada partes relacionadas nesta demonstração financeira "carve-out", criada para registrar a movimentação das disponibilidades, inclusive as decorrentes do transporte de minério próprio, quando for devedor, será remunerado ao final de cada mês com base na forma dos contratos praticados pela Vale com as suas controladas e coligadas e a contrapartida na conta "receitas financeiras". Quando o saldo for credor será transferido para passivo e a Ferrovia remunerará a Vale ao final de cada mês com base na taxa média dos empréstimos obtidos pela Companhia com contrapartida na conta de despesas financeiras.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras "carve-out" requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras "carve-out" estão assim apresentadas:

a) Redução do valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A Companhia testa a recuperabilidade de seus ativos tangíveis (quando há evidência de *impairment*) e intangíveis (anualmente) segregados por unidade geradora de caixa, utilizando modelos de fluxo de caixa descontado que dependem de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada.

b) Provisão para processos judiciais

As provisões para processos judiciais são registradas somente quando a possibilidade de perda for considerada provável pela diretoria jurídica e seus consultores jurídicos.

O registro das provisões ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

4. Intangível

	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2016		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Vida útil definida						
Concessões	12.395.662	(2.230.406)	10.165.256	9.838.732	(2.079.578)	7.759.154
Total	12.395.662	(2.230.406)	10.165.256	9.838.732	(2.039.578)	7.759.154

Abaixo, demonstramos as movimentações dos ativos intangíveis ocorridas no período:

	Concessões
Saldo em 1º de janeiro de 2016	4.755.487
Adição	3.340.396
Amortização	(313.275)
Baixa	(23.454)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	7.759.154
Saldo em 31 de dezembro de 2016	7.759.154
Adição	2.702.756
Amortização	(282.833)
Baixa	(13.821)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	10.165.256

5. Imobilizado

	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2016		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edificações						
Edificações	4.809.003	(847.404)	3.961.599	4.972.067	(1.130.811)	3.841.256
Instalações	7.096.140	(1.541.146)	5.554.994	4.058.663	(1.221.328)	2.837.335
Equipamento	406.138	(135.625)	270.513	870.551	(295.327)	575.224
Outros	1.286.324	(448.285)	838.039	312.812	(123.965)	188.847
Imobilizado em curso	3.182.451	-	3.182.451	5.448.972	-	5.448.972
	16.780.056	(2.972.460)	13.807.596	15.663.065	(2.771.431)	12.891.634

Abaixo, demonstramos as movimentações dos ativos imobilizados ocorridas no período:

	Edificações	Instalações	Equipamentos	Outros	Imobilizações em curso	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	2.230.583	1.392.605	221.474	450.916	7.671.382	11.966.960
Adição por aquisição	-	-	-	-	1.770.843	1.770.843
Baixas por alienação	(6.039)	-	-	(41.323)	-	(47.362)
Depreciação e amortização	(28.840)	(106.713)	(41.566)	(621.688)	-	(798.807)
Transferências	1.645.552	1.551.443	395.316	400.942	(3.993.253)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.841.256	2.837.335	575.224	188.847	5.448.972	12.891.634

	Edificações	Instalações	Equipamentos	Outros	Imobilizações em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.841.256	2.837.335	575.224	188.847	5.448.972	12.891.634
Adição por aquisição	-	-	-	-	2.156.454	2.156.454
Baixa / Aj. Centro de Lucro	(13.844)	-	(5.458)	(15.215)	(315.627)	(350.144)
Depreciação e amortização	(231.513)	(307.677)	(54.915)	(296.243)	-	(890.348)
Transferências	365.700	3.025.336	(244.338)	960.650	(4.107.348)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.961.599	5.554.994	270.513	838.039	3.182.451	13.807.596

6. Tributos a recuperar, obrigações sociais e tributárias

Abaixo, demonstramos a composição dos tributos a recuperar, obrigações sociais e tributárias:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Tributos a Recuperar		
COFINS	81.767	6.427
Total Tributos a Recuperar	81.767	6.427
Tributos à Pagar		
Obrigações Sociais	(132.750)	(60.660)
ICMS	(17.489)	(24.613)
PIS	(35.306)	(51.733)
ISS	(3.110)	(5.218)
IRPJ	(888.287)	(419.470)
CSLL	(352.057)	(183.196)
Outros	(97.699)	(59.934)
Total Tributos a Pagar	(1.526.698)	(804.824)

7. Provisões para processos judiciais

A Ferrovia é parte envolvida em ações trabalhistas, cíveis, tributárias e outras em andamento, as quais estão sendo discutidas tanto na esfera administrativa quanto na judicial, sendo amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparadas pela opinião da diretoria jurídica da Companhia e de seus consultores legais externos.

	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldo em 1º de janeiro de 2016	382	9.879	46.727	892	57.880
Adições	9.704	32.534	46.584	-	88.822
Reversões	-	(32.683)	(24.976)	-	(57.659)
Atualizações monetárias	(3.350)	5.584	8.485	107	10.826
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.736	15.314	76.820	999	99.869

	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.736	15.314	76.820	999	99.869
Adições	542	14.009	40.153	2.446	57.150
Reversões	-	(17.768)	(44.777)	(2.417)	(64.962)
Atualizações monetárias	148	(1.024)	621	(21)	(276)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.426	10.531	72.817	1.007	91.781

Correlacionados às provisões, existem depósitos judiciais. Os depósitos judiciais são garantias exigidas judicialmente, atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Ferrovia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos pelo reclamante, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

Os depósitos judiciais estão assim representados:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Processos tributários	60.342	57.399
Processos cíveis	11.254	8.318
Processos trabalhistas	60.313	53.125
Processos ambientais	11.517	10.313
Total	143.426	129.155

A Companhia discute ações nas esferas administrativa e judicial para as quais existe expectativa de perdas possíveis, e entende que para estas não cabe provisão, visto que existe um forte embasamento jurídico para o posicionamento da Companhia. Estes passivos contingentes estão assim representados:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Processos tributários	21.987	19.911
Processos cíveis	397.401	381.123
Processos trabalhistas	147.741	201.453
Processos ambientais	39.944	20.056
Total	607.073	622.543

8. Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro no Brasil compreendem o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. A alíquota estatutária e efetiva nos exercícios apresentados é de 34%.

O total demonstrado como resultado de tributos sobre o lucro nas demonstrações financeiras “carve-out” está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Lucro (Prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	1.875.270	1.299.085
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(637.592)	(441.690)

9. Patrimônio Líquido

a) Contribuição de Capital

A contribuição de capital é de R\$ 3.597.790 formada pelos valores utilizados pela Vale necessários para o início das operações da Ferrovia, entre eles recursos financeiros e aquisição de ativo imobilizado e intangível.

b) Resultados Acumulados

Os resultados acumulados são de R\$ 2.107.660 formados pelos lucros dos exercícios anteriores e serão distribuídos conforme as reservas previstas no Estatuto Social da Vale, sendo:

Reserva de Investimento - tem como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Vale, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social.

Reserva de Legal - constitui uma exigência para todas as empresas brasileiras de capital aberto e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de Incentivos Fiscais – resulta da opção de designar uma parcela do imposto de renda devido para investimentos em projetos aprovados pelo governo bem como incentivos fiscais.

Reserva de Remuneração Adicional Proposta – resulta da parcela da remuneração proposta, feita pela administração, que excede a remuneração mínima obrigatória estabelecida no Estatuto Social da Vale.

c) Remuneração aos Acionistas

O Estatuto Social da Vale determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil, baseado em seu lucro líquido ajustado, resultando em um dividendo mínimo obrigatório de R\$ 293.949 em 31 de dezembro de 2017, contabilizado como “dividendos a pagar” no passivo circulante. O Saldo de R\$ 203.632 referente ao dividendo contabilizado em 31 de dezembro de 2016 foi pago no decorrer do exercício de 2017.

10. Receita de serviços, líquida

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Transporte próprio da Vale	7.452.257	6.645.257
Transporte de carga geral e de passageiros	62.455	57.947
Receita Acessória de transporte	107.940	64.451
Abatimentos e cancelamentos	(466)	(641)
Impostos sobre receitas	(1.601.649)	(1.413.441)
Total	6.020.537	5.353.573

11. Custos dos produtos vendidos e serviços prestados, despesas com vendas e administrativas e outras (despesas) / receitas operacionais, líquidas por natureza

a) Custos de produtos vendidos e serviços prestados

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Pessoal	(622.994)	(423.197)
Material e serviço	(543.513)	(550.574)
Óleo combustível e gases	(634.271)	(600.125)
Depreciação e exaustão	(901.123)	(809.533)
Outros	(217.158)	(96.018)
Total	(2.919.059)	(2.479.447)

b) Despesas com vendas e administrativas

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Pessoal	(12.893)	(8.427)
Serviços (consultoria, infraestrutura e outros)	(3.684)	(3.184)
Propaganda e publicidade	(230)	(375)
Depreciação e amortização	(4.605)	(5.056)
Despesas de viagem	(460)	(187)
Outras	(1.152)	(1.498)
Total	(23.024)	(18.727)

c) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Provisão para processos judiciais	(7.812)	(65.889)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.863)	(2.565)
Outras	35.389	24.177
Total	25.714	(44.277)

12. Resultado financeiro

Os resultados financeiros ocorridos nos períodos, registrados por natureza e competência, são:

Despesas financeiras	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Juros	(1.247.422)	(1.544.883)
Atualização monetária de contingências	(276)	(12.810)
Variações monetárias e cambiais e outras	(14.822)	(4.176)
Total	(1.262.520)	(1.561.869)
Receitas financeiras		
Variações monetárias e cambiais	33.622	49.832
Total	33.622	49.832
Resultado financeiro líquido	(1.228.898)	(1.512.037)

13. Compromissos

A Companhia celebrou com o governo brasileiro por intermédio do ministério dos transportes, contratos de concessão não onerosa para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga e arrendamento dos bens destinados à prestação desses serviços. Os registros contábeis das concessões estão classificados como ativo intangível, conforme nota 4. O prazo de concessão da ferrovia termina em junho de 2027 ou em caso de término do prazo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação, falência ou extinção da concessionária.

14. Partes Relacionadas

Os saldos das operações com partes relacionadas e seus efeitos nas demonstrações financeiras “carve-out” podem ser identificados como segue:

	Ativo		Passivo		Receita de serviços, líquida	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Vale (i)	-	15.627.427	13.772.841	5.868.653	5.196.186	
VLI	-	2.052	-	-	107.810	57.948
Ferrovia Norte Sul	20.896	21.851	-	-	-	-
Outros	536	7.874	-	-	-	111.413
Total	21.432	31.777	15.627.427	13.772.841	5.976.463	5.365.547

(i) Referem-se aos recursos financeiros utilizados pela Ferrovia para financiar suas operações e investimentos. Os montantes representam empréstimos obtidos e saldo credor de caixa e equivalente de caixa, remunerados ao final de cada mês com base na taxa média dos empréstimos obtidos pela Vale.

16. Outras informações

O sistema de apuração de custos e gastos da Ferrovia bem como a determinação de seus registros contábeis apresentados neste relatório seguem os parâmetros divulgados na Nota Explicativa de Práticas Contábeis nº 2.a. Neste sentido os gastos mensais incorridos não são contabilizados diretamente como custos de transporte de minério próprio e terceiros, os quais necessitam ser segregados e compilados para fins destas demonstrações financeiras.

Para fins de segregação dos custos efetua-se determinados rateios seguindo os seguintes critérios:

- ✓ Centros de custos que representam os processos de apoio, serviços auxiliares e compartilhados são rateados para os tipos de transportes (minério próprio, terceiros e passageiros) utilizando Tonelada Quilômetro Bruto - TKB's totais;
- ✓ Centros de custos de frotas de locomotivas são rateados conforme consumo de diesel de cada frota para os tipos de transporte (minério próprio, terceiros e passageiros);
- ✓ Centros de custos de operações de Pátios são distribuídos conforme TKB's, para tipos de carga que transitam nestes pátios; e
- ✓ Centros de custos de trechos da via permanente também utilizam TKB'S totais para direcionar custos para os tipos de transportes (minério próprio, terceiros e passageiros).

Apresentamos abaixo a apuração dos custos de transporte de minério próprio, terceiros e passageiros com base nos critérios acima:

Descrição de Contas Contábeis	Total	Próprio	Terceiros
4.1 - Custos serviços de transportes de cargas	2.899.134.932,08	2.742.291.732,25	156.843.199,83
4.1.1 - Custos oper. Serv. Trasnportes de cargas	2.899.134.932,08	2.742.291.732,25	156.843.199,83
4.1.1.01 - Custos com pessoal	614.298.153,28	581.064.623,19	33.233.530,09
4.1.1.01.01 - Remunerações	400.624.740,64	378.950.942,17	21.673.798,47
4.1.1.01.01.001-Salários	153.611.191,74	145.300.826,27	8.310.365,47
4.1.1.01.01.002-Gratificações	51.155.891,27	48.388.357,55	2.767.533,72
4.1.1.01.01.003-Horas Extras	17.820.671,81	16.856.573,47	964.098,34
4.1.1.01.01.004-Férias	26.123.153,67	24.709.891,06	1.413.262,61
4.1.1.01.01.005-13o Salário	20.121.693,32	19.033.109,71	1.088.583,61
4.1.1.01.01.006-Remuneração Variável	112.752.501,03	106.652.590,72	6.099.910,31
4.1.1.01.01.009-Rescisões Trabalhistas	4.490.516,34	4.247.579,41	242.936,93
4.1.1.01.01.999-Outros Custos com Pessoal	14.549.121,46	13.762.013,99	787.107,47
4.1.1.01.02 - Encargos Sociais	99.599.318,18	94.210.995,07	5.388.323,11
4.1.1.01.02.001-INSS	78.225.042,87	73.993.068,05	4.231.974,82
4.1.1.01.02.002-FGTS	21.374.275,31	20.217.927,02	1.156.348,29
4.1.1.01.03 - Demais custos com pessoal operacional	114.074.094,46	107.902.685,95	6.171.408,51
4.1.1.01.03.001-Treinamento	3.368.256,10	3.186.033,44	182.222,66

Descrição de Contas Contábeis	Total	Próprio	Terceiros
4.1.1.01.03.002-Gastos com Viagens	12.594.479,75	11.913.118,40	681.361,35
4.1.1.01.03.003-Vale Refeição	37.001,10	34.999,34	2.001,76
4.1.1.01.03.004-Cesta Básica	38.153.236,34	36.089.146,25	2.064.090,09
4.1.1.01.03.005-Vale Transporte	34.025.244,08	32.184.478,38	1.840.765,70
4.1.1.01.03.006-Diárias Maquinistas	8.862.264,40	8.382.815,90	479.448,50
4.1.1.01.03.007-Serviço Médico Periódico	891.026,86	842.822,31	48.204,55
4.1.1.01.03.008-Plano de Saúde	0,00	0,00	0,00
4.1.1.01.03.011-Previdência Privada	5.141.274,46	4.863.131,51	278.142,95
4.1.1.01.03.012-Seguro de Vida em Grupo	786.817,16	744.250,35	42.566,81
4.1.1.01.03.015-Assistência Materno-Infantil	1.099.652,47	1.040.161,27	59.491,20
4.1.1.01.03.016-Equipamentos de Proteção Individual	5.994.445,70	5.670.146,19	324.299,51
4.1.1.01.03.017-Estagиarios	3.120.396,04	2.951.582,61	168.813,43
4.1.1.02 -Peças, Partes e componentes	254.354.130,71	240.593.572,24	13.760.558,47
4.1.1.02.01 - Peças, Partes e componentes	254.354.130,71	240.593.572,24	13.760.558,47
4.1.1.02.01.001-Via Permanente	114.581.067,34	108.382.231,60	6.198.835,74
4.1.1.02.01.004-Maquinas e Equipamentos de Operações	19.957.890,32	18.878.168,45	1.079.721,87
4.1.1.02.01.005-Telecomunicação/Sinalizações	2.766.939,68	2.617.248,24	149.691,44
4.1.1.02.01.006-Eletroeletrônico	90.401.123,98	85.510.423,17	4.890.700,81
4.1.1.02.01.999-Outros Materiais	26.647.109,39	25.205.500,77	1.441.608,62
4.1.1.03 - Serviços de terceiros - Operação	220.917.269,50	208.965.645,22	11.951.624,28
4.1.1.03.01 - Serviços de terceiros - Operação	6.981.792,90	6.604.077,90	377.715,00
4.1.1.03.01.004-Maquinas e Equipamentos de Operação	2.402.424,56	2.272.453,39	129.971,17
4.1.1.03.01.005-Telecomunicação/Sinalização	4.558.289,82	4.311.686,34	246.603,48
4.1.1.03.01.007-Veículos Rodoviários	21.078,52	19.938,17	1.140,35
4.1.1.03.02 - Outros Serviços de terceiros	213.935.476,60	202.361.567,32	11.573.909,28
4.1.1.03.02.001-Serviços de Segurança e Vigilância	10.391.802,08	9.829.605,59	562.196,49
4.1.1.03.02.003-Serviços de Fretes	10.749.614,63	10.168.060,48	581.554,15
4.1.1.03.02.005-Estudos e Pesquisas	13.885.927,46	13.134.698,78	751.228,68
4.1.1.03.02.007-Gerenciamento de Cargas	2.674.905,64	2.530.193,24	144.712,40
4.1.1.03.02.008-Serviços de Manutenção	176.070.472,08	166.545.059,54	9.525.412,54
4.1.1.03.02.009-Serviços de Tratamento de Resíduos	162.754,71	153.949,68	8.805,03
4.1.1.04 - Custos Acessórios de transportes	10.308.150,85	9.750.479,89	557.670,96
4.1.1.04.01 - Custos Acessórios de transportes	10.308.150,85	9.750.479,89	557.670,96
4.1.1.04.01.004-Operação de Terminais	15.712,72	14.862,66	850,06
4.1.1.04.01.010-Seguros de Carga	12.155,71	11.498,09	657,62
4.1.1.04.01.999-Outros Custos Acessorios de Transporte	10.280.282,42	9.724.119,14	556.163,28
4.1.1.05 - Custo de aluguel e arrendamento	54.020.677,77	51.098.159,10	2.922.518,67
4.1.1.05.01 - Custo de aluguel e arrendamento	54.020.677,77	51.098.159,10	2.922.518,67
4.1.1.05.01.003-Aluguel de Equipamentos Operacionais	40.970.265,81	38.753.774,43	2.216.491,38
4.1.1.05.01.999-Outros Custos de Aluguel e Leasing	13.050.411,96	12.344.384,67	706.027,29
4.1.1.07 - Depreciação e Amortização	895.675.839,72	847.219.776,79	48.456.062,93
4.1.1.07.01 - Depreciação e Amortização	895.675.839,72	847.219.776,79	48.456.062,93
4.1.1.07.01.004-Depreciação de Equipamentos de Sinalização	29.120.903,33	27.545.462,46	1.575.440,87
4.1.1.07.01.005-Depreciação de Aparelhos e Equipamentos de Telecomunicações	20.182,16	19.090,31	1.091,85
4.1.1.07.01.006-Depreciação de Infraestrutura	320.057.267,40	302.742.169,23	17.315.098,17
4.1.1.07.01.007-Depreciação de Superestrutura	102.604.234,80	97.053.345,70	5.550.889,10
4.1.1.07.01.008-Depreciação de Material Rodante	189.950.758,72	179.674.422,67	10.276.336,05
4.1.1.07.01.009-Depreciação de Máquinas e Equipamentos	38.882.989,44	36.779.419,71	2.103.569,73
4.1.1.07.01.010-Depreciação de Instalações, Edif. E Dependências	136.820.176,01	129.418.204,49	7.401.971,52
4.1.1.07.01.011-Depreciação de Veículos	3.846.838,96	3.638.724,97	208.113,99
4.1.1.07.01.013-Depreciação de Móveis e Utensílios	10.370.202,43	9.809.174,48	561.027,95
4.1.1.07.01.014-Depreciação de Equipamentos Eletrônicos de dados	4.212.972,03	3.985.050,24	227.921,79
4.1.1.07.01.019-Amortização de Outros Ativos Intangíveis	3.671,24	3.472,63	198,61
4.1.1.07.01.024-Amortização de Locomotivas	68.607,04	64.895,40	3.711,64
4.1.1.07.01.028-Amortização de Esmerilhadeira	59.717.036,16	56.486.344,50	3.230.691,66
4.1.1.08 - Combustíveis e Lubrificantes	633.928.069,59	599.632.561,03	34.295.508,56

Descrição de Contas Contábeis	Total	Próprio	Terceiros
4.1.1.08.01 - Combustíveis e Lubrificantes	633.928.069,59	599.632.561,03	34.295.508,56
4.1.1.08.01.001-Óleo Diesel	618.500.308,92	585.039.442,21	33.460.866,71
4.1.1.08.01.002-Combustíveis	45.763,38	43.287,58	2.475,80
4.1.1.08.01.003-Aditivos e Lubrificantes	15.381.997,29	14.549.831,24	832.166,05
4.1.1.09 - Custos Gerais	215.632.640,66	203.966.914,80	11.665.725,86
4.1.1.09.05 - Outros Custos Gerais	215.632.640,66	203.966.914,80	11.665.725,86
4.1.1.09.05.001-Custos de Organização e Sistemas	3.354.327,85	3.172.858,71	181.469,14
4.1.1.09.05.003-Impostos e Taxas	176.567.410,98	167.015.114,05	9.552.296,93
4.1.1.09.05.004-Custos com Energia Elétrica	7.561.636,19	7.152.551,67	409.084,52
4.1.1.09.05.005-Custos Judiciais	879.711,36	832.118,98	47.592,38
4.1.1.09.05.006-Custos com Seguro	9.370.668,19	8.863.715,04	506.953,15
4.1.1.09.05.008-Custos com Água	8.661,25	8.192,68	468,57
4.1.1.09.05.009-Custos com Telefone	549.990,59	520.236,10	29.754,49
4.1.1.09.05.999-Outros Custos Gerais	17.340.234,25	16.402.127,58	938.106,67
4.2 - Custos dos Serviços de Transportes de Passageiros	19.924.204,12		
4.2.1 - Custos Operacionais dos Serviços de Transportes de Passageiros	19.924.204,12		
4.2.1.01 - Custos com Pessoal	8.695.360,65		
4.2.1.01.01 - Remunerações	6.662.775,70		
4.2.1.01.01.001 - Salários	2.760.341,08		
4.2.1.01.01.002 - Gratificações	1.121.959,23		
4.2.1.01.01.003 - Horas Extras	304.321,85		
4.2.1.01.01.004 - Férias	564.800,51		
4.2.1.01.01.005 - 13º Salário	549.856,87		
4.2.1.01.01.006 - Remuneração Variável	1.307.600,67		
4.2.1.01.01.009 - Rescisões Trabalhistas	254,53		
4.2.1.01.01.999 - Outros Custos com Pessoal	53.640,96		
4.2.1.01.02 - Encargos Sociais	1.086.122,46		
4.2.1.01.02.001 - INSS	866.869,13		
4.2.1.01.02.002 - FGTS	219.253,33		
4.2.1.01.03 - Demais Custos com Pessoal Operacional	946.462,49		
4.2.1.01.03.002 - Gastos com Viagens	99.338,26		
4.2.1.01.03.004 - Cesta Básica	388.901,69		
4.2.1.01.03.005 - Vale Transporte	273.187,18		
4.2.1.01.03.006 - Diárias Maquinistas	48.096,98		
4.2.1.01.03.007 - Serviço Médico Periódico	9.335,60		
4.2.1.01.03.011 - Previdência Privada	34.582,96		
4.2.1.01.03.012 - Seguro de Vida em Grupo	9.532,89		
4.2.1.01.03.015 - Assistência Materno-Infantil	15.752,24		
4.2.1.01.03.016 - Equipamentos de Proteção Individual	61.546,77		
4.2.1.01.03.017 - Estagiários	6.187,92		
4.2.1.02 - Peças, Partes e Componentes	3.125.959,94		
4.2.1.02.01 - Peças, Partes e Componentes	3.125.959,94		
4.2.1.02.01.001 - Via Permanente	484.436,30		
4.2.1.02.01.005 - Telecomunicação / Sinalizações	36.904,19		
4.2.1.02.01.006 - Eletroeletrônico	1.220.175,61		
4.2.1.02.01.999 - Outros Materiais	1.384.443,84		
4.2.1.03 - Serviços de Terceiros	353.041,79		
4.2.1.03.01 - Serviços de Terceiros – Operação	38.598,21		
4.2.1.03.01.007 - Veículos Rodoviários	38.598,21		
4.2.1.03.02 - Outros Serviços de Terceiros	314.443,58		
4.2.1.03.02.004 - Serviços de Terceiros Diversos	314.443,58		
4.2.1.05 - Custo de Aluguel e Arrendamentos	434.259,19		
4.2.1.05.01 - Custo de Aluguel e Arrendamentos	434.259,19		
4.2.1.05.01.003 - Aluguel de Equipamentos Operacionais	114.462,07		
4.2.1.05.01.999 - Outros Custos de Aluguel e Arrendamentos	319.797,12		
4.2.1.07 - Depreciação e Amortização	5.447.143,35		

Descrição de Contas Contábeis	Total	Próprio	Terceiros
4.2.1.07.01 - Depreciação e Amortização	5.447.143,35		
4.2.1.07.01.006 - Depreciação de Infraestrutura	883.573,32		
4.2.1.07.01.009 - Depreciação de Máquinas e Equipamentos	967.303,54		
4.2.1.07.01.014 - Depreciação de Equipamentos Eletrônicos de Dados	106.798,65		
4.2.1.07.01.019 - Amortização de Outros ativos Intangíveis	278.833,36		
4.2.1.07.01.024 - Amortização de Locomotivas	3.210.634,48		
4.2.1.08 - Combustíveis e Lubrificantes	343.107,40		
4.2.1.08.01 - Combustíveis e Lubrificantes	343.107,40		
4.2.1.08.01.001 - Óleo Diesel	300.378,30		
4.2.1.08.01.003 - Aditivos e Lubrificantes	42.729,10		
4.2.1.09 - Custos Gerais	1.525.331,80		
4.2.1.09.04 - Outros Custos Gerais	1.525.331,80		
4.2.1.09.04.001 - Custos de Organização e Sistemas	1.181.668,60		
4.2.1.09.04.003 - Impostos e Taxas	9.498,79		
4.2.1.09.04.009 - Custo com Telefone	1.871,91		
4.2.1.09.04.999 - Outros Custos Gerais	332.292,50		

* * *

Dioni Barboza Brasil
 Gerente de Demonstrações Contábeis
 TC-CRC-RJ 083305/O-8